

# TAL HISTÓRIA, QUAL MEMÓRIA? CAPISTRANO DE ABREU NA HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

REBECA GONTIJO\*

---

## RESUMO

Considerando a dupla função da história da historiografia, a crítica e a memorialística, o objetivo do artigo é analisar a história da historiografia brasileira, com destaque para o trabalho de José Honório Rodrigues, buscando compreender o lugar do historiador Capistrano de Abreu (1853-1927) nesta história.

**PALAVRAS-CHAVE:** Capistrano de Abreu; história da historiografia; José Honório Rodrigues; memória; historiadores

## ABSTRACT

*Given the dual function of the history of historiography, the critical and the memorialistic, the aim of the paper is to analyze the history of Brazilian historiography, highlighting the work of José Honório Rodrigues, and also trying to understand the place of the historian Capistrano de Abreu (1853-1927) in this history.*

**KEYWORDS:** Capistrano de Abreu; history of historiography; José Honório Rodrigues; memory; historians.

---

Em artigo de 1951, Sérgio Buarque de Holanda traçou um panorama geral da historiografia brasileira na primeira metade do século XX, apontando seus principais nomes e contribuições.<sup>1</sup> Capistrano de Abreu é apresentado como impulsionador de mudanças no âmbito dos estudos históricos, criador de um tipo de “escola” – para usar o termo proposto pelo próprio Holanda, ainda que entre aspas – fundada na pesquisa empírica, no trato das fontes documentais existentes em arquivos. Outra característica dessa “escola” seria a percepção, por parte de seu “fundador”, de que essas mesmas fontes não falam por si, exigindo do historiador a formulação de perguntas “precisas e bem pensadas”, a fim de dar direção à pesquisa. Além dessas diretrizes inovadoras, Capistrano também teria contribuído para ampliar o campo de interesses dos historiadores ao trabalhar pela divulgação de documentos capazes de abrir espaço para estudos de história social e econômica e não somente política-administrativa, bélica e genealógica. Direcionando seu olhar para a formação da nacionalidade, ele se empenhara na investigação do povoamento do interior, em detrimento do estudo sobre os acontecimentos que até então ocupavam eminentes pesquisadores, tais como: as guerras holandesas, a Inconfidência ou qualquer outro fato ligado ao Estado ou à ação individual.

Assim como Capistrano, Sérgio Buarque era, então, um notório estudioso do Brasil colonial, autor de *Raízes do Brasil* (1936), entre outros trabalhos. No artigo citado, ele reconhece a existência de uma espécie de dívida da historiografia para com Capistrano, apontado como precursor de um tipo de pesquisa histórica com a qual era possível se identificar nos anos cinquenta. Esse exercício, que aponta um lugar para Capistrano como o maior entre os maiores de seu tempo, também permite deslocá-lo desse mesmo tempo, para situá-lo em um lugar bem próximo daquele ocupado pelo realizador do exercício. Um tipo de elo parece ser estabelecido entre o historiador de 1951 e o historiador do início do século. Capistrano é apresentado como propositor de um tipo de historiografia distinta daquela produzida por seus antecessores e contemporâneos, e bastante próxima daquela que era produzida e/ou idealizada na década de 1950: uma história

aberta para o social e o econômico, pouco afeita a indivíduos, datas e fatos, mais preocupada com as coletividades e os processos históricos.

O artigo de Sérgio Buarque estabelece uma versão da história da historiografia no Brasil – com foco na primeira metade do século XX – que se tornou corrente nas décadas posteriores.<sup>2</sup> Faz parte de um conjunto de balanços elaborados de modo mais sistemático a partir dos anos trinta, que estabeleceram os marcos dessa história, identificando seus principais autores e contribuições.

Um dos primeiros exercícios no gênero é o artigo de Émile Coornaert, *Aperçu de la production historique recente au Brésil* (1936). Henri Hauser deu continuidade ao trabalho de síntese, publicando *Notes et réflexions sur le travail historique au Brésil* (1937). Em curto espaço de tempo, dois esforços no sentido de divulgar os estudos históricos brasileiros, identificando suas principais contribuições. Entre os autores citados, Capistrano de Abreu ocupa lugar de relevo como "animador", erudito e notável escritor, como aponta Coornaert; ou ainda, como "grande historiador", apesar de não ter seu nome ligado a uma "grande obra", como indica Hauser, cujo texto dedica vários parágrafos à obra de Varnhagen.<sup>3</sup>

O objetivo deste artigo é refletir sobre o modo como a história da disciplina tem sido contada desde então e buscar identificar o lugar atribuído a Capistrano nessa história. Assim, talvez seja possível compreender porque um historiador em atividade entre as décadas de 1870 e 1920 é considerado, se não como um par, certamente como uma referência obrigatória para os historiadores da segunda metade do século XX e início do XXI, sendo continuamente lembrado e atualizado.

A primeira vista é possível supor que, se Capistrano foi lembrado por décadas como um referencial, é porque sua obra possui características que autorizam sua constante atualização ao longo do tempo. O conceito de clássico poderia defini-la, se for entendido que “um clássico é um livro que nunca terminou de dizer aquilo que tinha para dizer”.<sup>4</sup> Sendo sempre atual e exemplar, a obra clássica serve para orientar a produção de obras novas, estabelecendo a ligação entre passado, presente e futuro.<sup>5</sup> Contudo, a

atribuição do título de clássico a uma obra é algo que ocorre em um momento distinto daquele em que ela foi produzida. Ou seja, trata-se de uma operação intelectual baseada na distância histórica em relação ao período em que a obra foi elaborada. Por princípio, essa distância autoriza a afirmação de que tal obra atravessou o tempo, mantendo sua atualidade, por ser portadora de uma norma definida como clássica. Sua avaliação baseia-se na identificação dessa norma, que é criada e reafirmada continuamente.<sup>6</sup> Isso indica que a apresentação de algo como clássico pode dizer muito sobre aqueles que o apresentam, bem como sobre o campo intelectual em que atuam.

Note-se aqui a semelhança entre as operações que rotulam uma obra como clássica e aquelas que comemoram algo ou alguém. Assim como o ato comemorativo almeja extrair um tipo de valor simbólico daquilo que é comemorado, a operação intelectual que atribui o valor de clássico também pretende identificar e valorizar determinadas características, no caso, de uma obra, perpetuando-a e celebrando-a. Ambas as operações, a de comemorar e a de “classicizar”, contribuem para a consolidação dos elos entre os vivos e entre os vivos e os mortos, mobilizando os indivíduos em torno de imperativos e valores coletivos. Nesse sentido, são operações memorialísticas fundamentais para a construção de tradições.<sup>7</sup>

No caso de Capistrano de Abreu, observam-se sucessivos empreendimentos memorialísticos (ou comemorativos), a começar pelos necrológicos, que afirmaram o lugar de Capistrano como um símbolo da brasilidade, no período imediatamente posterior à sua morte, em 1927; passando pela criação de um grêmio em sua homenagem (a Sociedade Capistrano de Abreu), no mesmo ano; pela inclusão de seu nome no rol dos grandes historiadores do Brasil, elaborado pelo jornal *A Manhã*, órgão oficial do governo durante o Estado Novo (1937-1945); pela comemoração de seu I Centenário de Nascimento (1953), através do *Curso Capistrano de Abreu*, no IHGB; completando-se com suas várias biografias.<sup>8</sup> Mas, tal processo de apropriação também pode ser compreendido como parte dos

investimentos no sentido de construir uma história da historiografia brasileira, que toma a década de 1930 como um divisor de águas.

A obra de Capistrano seria valorizada por estabelecer uma espécie de ponte entre a historiografia das primeiras décadas do século XX (comumente caracterizada pela continuidade em relação à historiografia oitocentista) e a historiografia identificada como “nova”, cujos marcos referenciais seriam os textos de Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Caio Prado Júnior, produzidos nos anos trinta e quarenta.<sup>9</sup>

A partir da década de 1940 é possível identificar um esforço mais sistemático no sentido de elaborar uma história da historiografia brasileira. Foi nessa época que os primeiros frutos das faculdades de filosofia, ciências e letras, criadas nos anos 1930, começaram a ser colhidos. Isso, provavelmente, fez surgir a necessidade de estabelecer uma história da disciplina capaz de situar a produção universitária de estudos históricos em relação à anterior. A análise da escrita da história da historiografia entre as décadas de 1930 e 1960 permite observar uma dupla função desse tipo de escrita: a função afirmativa e a função crítica. Isso considerando que a construção da história da historiografia não se mantém imune ao trabalho da memória, que favorece o culto, a mitificação, enfim, a construção de monumentos em honra de autores e obras. Nesse sentido, a escrita da história da historiografia pode ser lida como uma operação desenvolvida em meio à análise crítica, à memória, o esquecimento e às expectativas de diferentes tipos de intérpretes, entre os quais, os historiadores, sendo sempre guiada, obviamente, pelas demandas e circunstâncias do presente.

O texto que segue está dividido em duas partes: a primeira analisa as interseções entre a história da historiografia, a história das ideias e a história intelectual, destacando os vários investimentos no sentido de afirmar a década de trinta como um divisor de águas, estabelecendo certo consenso a respeito da produção intelectual do período anterior; a segunda parte focaliza as contribuições de José Honório Rodrigues para a história da historiografia, destacando o lugar de Capistrano de Abreu nessa história.

## **História das ideias, história intelectual, história da historiografia: interseções**

Uma reflexão sobre o lugar de Capistrano de Abreu na história da historiografia pode começar revendo as interpretações sobre sua época. É um modo de entrar na história da disciplina, que costuma ser dividida em “antes e depois” dos anos trinta. Capistrano é um erudito polígrafo, que produziu entre as décadas de 1870 e 1920, comumente vistas como marcos da história intelectual e das ideias no Brasil. A década de 1870 é um momento importante de reflexão sobre os problemas nacionais, que marca a conjuntura de crise do Brasil-Império. Parte da geração que a viveu ficou conhecida através da expressão genérica de “geração 1870”, a qual se atribui um papel decisivo na conjugação de dois empreendimentos, que podem ser vistos como indissociáveis: a apropriação e divulgação do pensamento científico europeu e o desenvolvimento de reflexões e práticas políticas voltadas para a crítica das instituições imperiais. Quanto à década de 1920, é comumente lembrada como um referencial para as discussões acerca do moderno e do modernismo entre nós. Uma sólida memória sobre ambos os períodos foi construída por aqueles que os viveram, influenciando, inclusive, sobre as análises posteriores. Entre uma época e outra, alguns intérpretes identificaram uma espécie de hiato, supostamente marcado pela estagnação criativa. Assim, a produção intelectual-literária surgida entre as décadas de 1880 e 1910 foi frequentemente considerada “menor” ou apenas uma precursora do que viria depois. Apesar de algumas vozes dissonantes, essa interpretação prevaleceu até, pelo menos, os anos 1980 e ainda é muito difundida.<sup>10</sup>

Ao lado das visões negativas acerca da produção intelectual anterior aos anos trinta, existia uma desconfiança em relação à pertinência de uma história das ideias no Brasil, o que se refletia na história intelectual e, provavelmente, na história da historiografia.<sup>11</sup> No início dos anos 1970, por exemplo, Wanderley Guilherme dos Santos chamou a atenção para o fato de que a história intelectual brasileira ainda não havia sido devidamente explorada. O autor identificara doze trabalhos dedicados ao assunto, produzidos entre os anos 40 e 60, observando que, de acordo com essa

produção, nossa história intelectual seria produto de cem pessoas, considerando autores e obras mais citadas. Inexistiam estudos sobre a herança cultural do país, prevalecendo o desprezo pela produção anterior aos anos 1930, vista como “pré-científica” e, por isso, irrelevante. Segundo o autor, o preconceito havia impedido que a história intelectual brasileira fosse satisfatoriamente conhecida, pois a importância de uma produção intelectual era avaliada em função da existência ou não de um determinado tipo de instituição: as universidades.<sup>12</sup>

Sete anos depois, Bolívar Lamounier fez observação semelhante ao afirmar que a história das ideias ainda não havia produzido estudos sistemáticos, reconhecendo que ainda havia dúvidas acerca da existência do objeto dessa história. Mais recentemente, Francisco Falcon confirmou que, de fato, não existe no Brasil uma “verdadeira tradição historiográfica de história das ideias”, sendo que a dispersão marca esse tipo de estudo, uma vez que é possível encontrar reflexões sobre ideias em diferentes áreas temáticas, como a história econômica, a história social, a história política e a história cultural.<sup>13</sup>

Outro estudioso do assunto, José Murilo de Carvalho, fez um retrospecto da história intelectual brasileira, observando que o tipo de abordagem desenvolvida nessa área de estudos aproximou-se da prática filosófica de expor o pensamento de cada escritor isoladamente. Os intérpretes com perspectiva histórica fizeram certo esforço para situar os pensadores em seus respectivos contextos. Exemplos desse tipo de produção seriam as várias histórias do pensamento político, jurídico, filosófico, sociológico etc. Alguns desses trabalhos foram além, procurando agrupar os pensadores em famílias intelectuais ou correntes de pensamento, quase sempre definidas de acordo com categorias como: o liberalismo, o positivismo e o socialismo. Assim, surgiram as histórias do pensamento positivista, socialista etc. Outra característica seria a ausência de reflexão metodológica sobre aquilo que era produzido, daí não haver referência a qualquer discussão sobre autoria, recepção, texto, linguagem e escrita. De acordo com Carvalho, “a autoria era dada como o determinante principal, se

não o único, do texto. A atenção à recepção limitava-se a alguma vaga informação sobre a influência exercida pelos autores estudados”.<sup>14</sup>

Ao lado das grandes sínteses sobre história das ideias, poderiam ser incluídas as muitas histórias da literatura – tais como a *História da literatura brasileira* (1938), de Néelson Werneck Sodré, várias vezes reeditada desde então –, que ajudaram a conformar interpretações sobre autores e obras, definindo fases de produção. Entre os anos 1950 e 1970, alguns poucos trabalhos investigaram o modo como escritores e intelectuais viviam e produziam, aproximando-se de uma sociologia dos intelectuais ou do conhecimento, tais como: *A vida literária no Brasil* (1956), de Brito Broca e *Estrutura Social da República das Letras* (1973), de A. L. Machado Neto.

Capistrano é lembrado de modo pontual por alguns desses trabalhos,<sup>15</sup> ocupando espaço maior em um estudo sobre a história das ideias literárias no Brasil, desenvolvido por Afrânio Coutinho, em 1959.<sup>16</sup> Também aparece entre os autores referenciais para o estudo do Brasil colonial, no livro *O que se deve ler para conhecer o Brasil* (1945), de Néelson Werneck Sodré – que faz breves e elogiosos comentários sobre três de suas obras – e no *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros* (1949). Mais exatamente, na parte intitulada *Período Colonial*, escrita por Sérgio Buarque de Holanda.<sup>17</sup>

Diante de estudos incipientes, Ângela de Castro Gomes conclui que, desde os anos 1950, “era muito grande o desamor pelos debates teóricos sobre a construção do conhecimento histórico, assim como sobre qual era a nossa tradição de autores/obras neste terreno”.<sup>18</sup> Além disso, lembra que durante décadas pairou a dúvida a respeito da “real” existência de um *pensamento social e político brasileiro*. Era frequente o argumento de que:

as ‘ideias políticas’ no Brasil eram ‘importadas’ do exterior, razão pela qual ou elas estavam ‘fora do lugar’, não sendo operativas e produzindo equívocos; ou elas estavam ‘no lugar’, construindo uma justificativa um tanto quanto maquiavélica de estratégias de dominação/opressão política (de classe, do Estado etc.).<sup>19</sup>

Considerando esse quadro, é possível concluir com a autora que a pesquisa sobre a história intelectual não se desenvolveu muito no sentido de investigar obras e respectivos contextos de produção; trajetórias de autores e

instituições (escolas, revistas, academias etc.), além das tradições de pensamento.<sup>20</sup>

Cabe lembrar que, parte significativa dos estudos sobre ideias e intelectuais no Brasil foi feita sob o influxo de uma importante vertente interpretativa: o marxismo, difundido através de diversas tendências. Tal vertente enfrentou o problema do condicionamento histórico e social do pensamento. Porém, em muitos casos, o interesse pelo mundo da produção e das relações entre as classes sociais desenvolveu-se em detrimento dos estudos sobre as chamadas superestruturas, terreno das ideias ou, mais propriamente, das ideologias, principal objeto de atenção. Quando as superestruturas tiveram lugar, foram geralmente submetidas a um rígido instrumental teórico-conceitual, acompanhado por argumentos de ordem política. Assim, a produção intelectual foi avaliada em termos de compromisso ou não com o capital, o liberalismo e/ou a ideologia burguesa. Muitos dos autores submetidos ao crivo de tais análises foram rotulados como “ideólogos da burguesia” etc., sendo suas obras lidas a partir de chaves interpretativas prévias e generalizantes.<sup>21</sup>

Um exemplo desse movimento interpretativo é a tese *A historiografia brasileira: 1900-1930* (1973), de Pedro de Alcântara Figueira, uma das primeiras a ter a historiografia brasileira como objeto de estudo principal. Fato significativo é que o trabalho se dedique a examinar justamente o período cuja produção era geralmente vista como pouco criativa e relevante. Figueira desenvolveu um tipo de crítica de orientação marxista, que impôs muitos rótulos negativos à produção examinada. Sob esse olhar, Capistrano de Abreu aparece, simplesmente, como um “escamoteador ideológico e ideólogo da burguesia” (da monarquia e da oligarquia republicana).<sup>22</sup>

De fato, a historiografia anterior à década de trinta era (e por muito tempo seria) vista como marcadamente “positivista”, influenciada por ideias estrangeiras e caracterizada pelo continuísmo em relação à historiografia oitocentista, marcada pela história político-administrativa, bélica e genealógica. Supostamente, esse consenso foi construído entre os anos de 1930 e 1960. Quarenta anos de estudos históricos, ao longo dos quais é

possível detectar a consolidação de uma versão da história da disciplina. Cumpre investigar como esse consenso se estabeleceu, considerando que a maneira como a história da historiografia foi contada nesse período parece estar diretamente vinculada à construção de uma identidade para os historiadores, que procura associá-los a um *lugar* específico, a universidade; a *práticas* definidas, que conjugam novas metodologias a serviço de uma história de viés econômico e social; e a um *texto* que se quer distinto dos ensaios que predominaram antes dos anos trinta.<sup>23</sup>

Cabe lembrar, por exemplo, que ao longo dos anos trinta e quarenta, o investimento do Estado na organização da cultura produziu o reconhecimento de um rol de historiadores nacionais, cujas trajetórias serviram como uma espécie de modelo para a compreensão do trabalho historiográfico realizado até então. As homenagens prestadas aos historiadores do Brasil pelo jornal *A Manhã* – órgão oficial do governo Vargas – são bons exemplos desse empreendimento, que garantiu um lugar na memória para certos nomes, como o de Varnhagen, João Francisco Lisboa, Capistrano de Abreu, João Ribeiro etc., excluindo outros tantos.<sup>24</sup> Nessa mesma época, algumas importantes coleções como a *Brasileana* e a *Documentos Brasileiros*, contribuíram para difundir chaves de leitura sobre o Brasil e os brasileiros, consolidando o nome de certos autores como seus melhores intérpretes.<sup>25</sup> Opera-se, assim, um trabalho de seleção e exclusão de autores e obras inevitável, mas que pode e deve ser permanentemente repensado.

Ainda no mesmo período despontou um tipo de produção, que são as já mencionadas histórias do pensamento e da literatura, às vezes compostas como uma listagem de nomes e obras; outras vezes como um amplo contexto no qual esses mesmos autores são inseridos. Em meio a essa bibliografia, que incluía histórias da literatura e das ideias, sem distinção clara para a história intelectual, havia também uma história da historiografia. Datam dos anos quarenta e cinquenta os primeiros trabalhos de José Honório Rodrigues (1913-1987) sobre o assunto, tais como: *Teoria da história do Brasil* (1949) e *A pesquisa histórica no Brasil* (1952). Por muito tempo, a obra de

Rodrigues serviu como referência obrigatória para o conhecimento da história da disciplina, em parte caracterizada pelo esforço de periodização, com o objetivo de estabelecer as fases do pensamento e apontar as condições de produção e evolução da pesquisa; e pela apresentação das ligações entre a historiografia e determinadas teorias da história. De acordo com Manoel Luiz Salgado Guimarães, pela primeira vez um historiador de ofício tratou a historiografia como parte da pesquisa histórica. Esse pioneirismo afirmou uma forma de conceber o trabalho com a historiografia, que consiste na elaboração de “um cuidadoso catálogo de autores e obras”. A história da historiografia consistiria na narrativa das alterações desse catálogo, assumindo uma perspectiva evolutiva e acumulativa do conhecimento histórico, sendo que a autoria é vista como capaz de definir a identidade e a unidade da obra, garantindo a compreensão e explicação de seu sentido último.<sup>26</sup>

A década de trinta também foi marcada pela criação das faculdades de filosofia, ciências e letras, cujos primeiros frutos foram colhidos na década seguinte,<sup>27</sup> momento em que a produção de Honório Rodrigues começou a ser divulgada, estabelecendo os marcos da história da disciplina, que persistem até hoje, ainda que seja possível observar mudanças significativas no modo de abordar a historiografia.

No cenário internacional, um influxo renovador dos estudos históricos em geral e da história das ideias e dos intelectuais, em particular, pode ser observado, pelo menos, desde os anos 1970. Essa renovação foi impulsionada por reflexões desenvolvidas pelas ciências sociais, assim como, pela filosofia, pela linguística e pela teoria literária.<sup>28</sup> No Brasil, tais mudanças podem ser percebidas, principalmente, a partir de meados da década de 1970 e ao longo dos anos 80, havendo relação com as proposições da sociologia dos intelectuais e da “nova história política”.<sup>29</sup> Supostamente, a mudança nos estudos sobre a produção historiográfica ocorreu sem abandonar a história da historiografia consolidada, uma vez que os mesmos nomes e obras foram comumente lembrados, garantindo a persistência de certo consenso. Em outras palavras, os estudos históricos produzidos entre

os anos 1930 e 1970 foram revistos, com o apoio de novas chaves de leitura, vertentes interpretativas e pesquisa empírica. Contudo, o mesmo talvez não possa ser dito a respeito da história da historiografia, cujos marcos, aparentemente, permaneceram.

É preciso lembrar com Amaral Lapa, que, durante muito tempo, a análise dos estudos históricos esteve quase sempre entregue a historiadores da literatura. No entanto, em meados dos anos setenta já era possível identificar um conjunto de pesquisadores dedicados ao estudo da historiografia, tais como José Honório Rodrigues, Francisco Iglésias, Nelson Werneck Sodré, Alice Canabrava, Pedro Moacyr Campos, Carlos Guilherme Mota, Pedro de Alcântara Machado etc. A partir da produção desses historiadores, Lapa identifica a existência de certo consenso a respeito da história da historiografia no Brasil, no que diz respeito à análise das condições de trabalho, dos momentos decisivos para a escrita da história e dos grandes nomes e obras. Além disso, o autor afirma que, entre os autores que mais influenciaram os estudos históricos, a partir dos anos 1940, estava Capistrano de Abreu. Nascido em meados do século XIX, ele é visto como uma exceção, uma vez que os trabalhos mais influentes na produção universitária desde então haviam sido produzidos por intelectuais nascidos no início do século XX: Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior, José Honório Rodrigues e Nélson Werneck Sodré.<sup>30</sup>

Outro ponto importante: analisando os estudos históricos desenvolvidos na Universidade de São Paulo – que durante décadas foi o mais importante centro de ensino superior de história do país – e aqueles financiados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), entre os anos de 1940 e 1970, Lapa conclui que a pesquisa histórica universitária brasileira privilegiou o estudo do período colonial por quase quarenta anos. Isso permite pensar que a obra de Capistrano encontrou um significativo espaço de divulgação nas universidades. Corroborando essa ideia está o fato de que os dois primeiros professores que se sucederam na cadeira de História do Brasil da USP foram Afonso d’Escragno Taunay e Alfredo Ellis Júnior, dois renomados estudiosos do período colonial e

membros da Sociedade Capistrano de Abreu (1927-1969), sendo que o primeiro também foi seu discípulo e correspondente.<sup>31</sup>

Considerando o que foi visto até aqui, é possível afirmar que as interpretações sobre a história da historiografia no Brasil e sobre Capistrano de Abreu, produzidas entre os anos 1940 e 1970 surgiram em meio a: 1) dúvidas a respeito da fertilidade de uma história das ideias ou de uma história intelectual no país; 2) uma série de interpretações negativas sobre a produção historiográfica anterior a 1930; 3) poucos estudos sobre a história da disciplina, na maior parte dedicados à listagem de nomes e obras, assim como, à periodização; 4) um conjunto de empreendimentos por parte do Estado no sentido de organizar a cultura nacional, estabelecendo seus marcos principais, assim como, apontando seus principais agentes. Nesse mesmo período, o nome de Capistrano foi lembrado por uma série de biografias<sup>32</sup> e artigos, assim como, pela edição e reedição de seus escritos.

Na década de 1970 – época da construção das pós-graduações<sup>33</sup> –, é possível detectar um esforço no sentido de avaliar a historiografia até então produzida, como demonstram, por exemplo, os balanços elaborados por Francisco Iglésias (1971), Carlos Guilherme Mota (1977) e José Roberto do Amaral Lapa (1976).<sup>34</sup> Ou ainda, os debates promovidos pela Universidade de Brasília, em 1974 – visando discutir A Historiografia Brasileira nos últimos quarenta anos –, e pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que em sua XXVII Reunião, em 1975, teve a produção historiográfica no Brasil como um dos temas centrais. De modo geral, tais avaliações foram unânimes ao afirmar a pobreza da historiografia brasileira.<sup>35</sup>

Em 1976, Amaral Lapa publicou *A história em questão*, com o objetivo de analisar os problemas relativos à produção historiográfica em sua época. Capistrano de Abreu é citado na parte que trata das relações entre o modernismo e a historiografia, iniciada com a seguinte afirmativa: “até pelo menos a década de 20 a Historiografia brasileira é basicamente a mesma do século XIX”. Nesse cenário marcado pelo continuísmo, Capistrano é apontado como um “exemplo excepcional”, pois se trata de “alguém que

sempre procurou estar sincronizado com o pensamento histórico estrangeiro, sem conseguir contudo aplicar na dimensão desejada as teorias e modelos que leu e naturalmente assimilou”.<sup>36</sup> Apesar dessa “falha”, trata-se de um nome referencial, pois:

Não haviam aparecido ainda obras que renovassem as técnicas de investigação, as fontes e temas eram sempre os mesmos, o autodidatismo imperava, ficando o trabalho mais sistemático a cargo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e dos diferentes Institutos Históricos dos Estados. Assim, a Historiografia brasileira entra no século XX dominada por um nome tutelar: Capistrano de Abreu. Nessas condições ela se projeta (...) pelo menos até a década de 20 (...).<sup>37</sup>

Em suma, a inclusão de Capistrano como um marco para pensar a produção historiográfica anterior aos anos 1930 se deu através da obra de José Honório Rodrigues e de balanços como aqueles propostos por Sérgio Buarque de Holanda no início dos anos cinquenta; por Alcântara Figueira, no início dos setenta; pelo citado trabalho de Amaral Lapa, de 1976, só para mencionar alguns exemplos. Deve-se distinguir, no entanto, que, enquanto Figueira atribui a Capistrano um papel conservador, Lapa procura apresentá-lo como alguém que efetivamente contribuiu para a transformação da historiografia no Brasil, rompendo com conservadorismos. Em ambos os casos, não se trata de uma análise sistematizada da obra de Capistrano ou de parte dela. O que parece ocorrer é a incorporação de uma memória sobre a escrita da história e os historiadores do Brasil na esfera da reflexão historiográfica. Memória que vinha sendo constituída desde o final do século XIX, quando Capistrano despontou como uma figura relevante no cenário intelectual da então capital da República. Memória alimentada por sucessivos discursos elaborados após a morte do historiador, em 1927: dos necrológios às biografias. Memória submetida a diferentes olhares críticos, mas sustentada pela mesma ausência de estudos densos sobre a produção de Capistrano e de seus contemporâneos.

Mesmo reconhecendo a importância do levantamento realizado por Rodrigues – que estabelece uma cronologia e identifica os principais nomes e obras do período – e da tese de Alcântara Figueira – que se detém sobre a

produção historiográfica do início do século XX, que era pouco valorizada –, não se pode esquecer que, até meados dos anos setenta, havia poucos estudos sobre a historiografia do século XIX e início do XX interessados em analisar uma obra ou parte dela ou em relacionar autores e obras a um determinado contexto de produção. Ao menos em parte, isso pode ser explicado pelo fato de que é muito difícil distinguir a produção propriamente historiográfica do período em questão, uma vez que aqueles que se dedicavam à escrita da história também escreviam sobre outros assuntos, como geografia, etnografia etc. Além disso, apesar do valor atribuído à pesquisa em arquivos e à utilização de métodos científicos como aspectos capazes de identificar os historiadores e, por conseguinte, delimitar o campo de estudos históricos, por vezes, tais estudos não circulavam na forma de livros, o que dificulta o trabalho de levantamento da produção. Era comum a divulgação de pesquisas históricas através de jornais, revistas e prefácios e, também, das notas para novas edições de livros e documentos antigos, que podiam servir como espaço de revisão da historiografia e de proposição de novas interpretações.

Mas, essa ausência de estudos também parece ter relação com o desprezo pela produção ensaística do período anterior aos anos 1930, mais lembrada em função daquilo que não produziu ou do que elaborou de modo “equivocado” ou “deficiente”.<sup>38</sup> Tal desprezo, por sua vez, estaria vinculado ao processo de invenção de uma tradição capaz de legitimar o ensino e a pesquisa histórica produzida nas faculdades de filosofia, criadas na década de trinta.

A lacuna nos estudos sobre a história da historiografia no Brasil foi preenchida com uma interpretação que a memória havia consolidado através da história da literatura e das ideias, qual seja: a escrita da história anterior aos anos 1930 deu continuidade à produção do século XIX, caracterizada, de modo geral, como “positivista”. Explicação simplista, mas eficaz para o objetivo de construir uma versão da história da historiografia que se divide em antes e depois dos anos trinta, diga-se, antes e depois das faculdades de

filosofia, ciências e letras, centros de um saber com o qual as novas gerações de profissionais da história deveriam se identificar.

Mas, ao longo dos anos setenta, mesmo prevalecendo uma visão negativa da produção intelectual (incluindo a historiográfica) e literária anterior à década de trinta, é possível observar algumas mudanças no modo de lidar com a história das ideias e dos intelectuais no Brasil. No campo da Sociologia surgiram importantes pesquisas sobre tais temas, a partir da segunda metade da década e ao longo dos anos oitenta. Um exemplo são os trabalhos de Sérgio Miceli, que contribuíram para alargar o horizonte das análises, em uma época marcada pela visão de um mundo intelectual como incapaz de produzir interpretações próprias e adequadas à realidade nacional, por estar submetido às ideias estrangeiras e/ou preso a ideologias reacionárias.<sup>39</sup>

No campo da história, *Literatura como missão* (1983), de Nicolau Sevcenko abriu caminho para novas pesquisas. O autor construiu uma tipologia dos “homens de letras” que viveram o final do século XIX e o início do XX, em função de sua posição e atuação social. A atenção se dirige para a atmosfera cultural da cidade do Rio de Janeiro, em relação à qual, a produção dos letrados, com suas demandas e expectativas, é avaliada. A análise da literatura ressalta suas implicações políticas e sociais, num momento em que esse tema não tinha lugar entre historiadores.<sup>40</sup>

Difícil afirmar se essa mutação nos estudos sobre literatura, ideias e intelectuais observada na década de 1970 repercutiu sobre as pesquisas a respeito da historiografia brasileira. De fato, o volume de trabalhos que tomam a historiografia como objeto principal de análise não era grande. Mas, no final da década, observações como a de Nilo Odália podiam ser provocativas, despertando o interesse por esse campo de estudos:

Pensar o fato historiográfico não tem sido uma preocupação muito corrente entre os escritores brasileiros, que se dedicam ao campo da história. De maneira geral, nossos historiadores ostentam uma visível negligência em relação ao que lhes antecede como produção histórica. Esse estado de coisas é ainda mais grave quando nos situamos no plano da reflexão histórico-filosófica. Pouca coisa existe no campo da reflexão epistemológica. (...) Falta-nos, sem dúvida, uma história da

historiografia, que poderia servir como uma ponte de ligação entre o que se faz e o que se fez.<sup>41</sup>

Dois anos antes, Maria de Lourdes Mônaco Janotti já afirmara que a historiografia brasileira não era, então, suficientemente estudada, sendo geralmente abordada por dois tipos de obras: as histórias da literatura e os estudos isolados sobre historiadores. Ambos apontados como insuficientes para responder a uma série de questões relacionadas à compreensão da "evolução e significado" da escrita da história entre nós. Para que isso fosse possível, a autora propunha que a historiografia fosse concebida como um "processo de elaboração da mentalidade de um povo", de modo que seu estudo focalizasse, para além das "citações bibliográficas" contidas nas obras, as "condições ambientais" em que as mesmas foram escritas. Janotti aspirava por uma "história da historiografia com problemas historiográficos", a exemplo do que propunha Benedetto Croce. Outra referência fundamental para a autora era a obra de Antonio Cândido, que propunha pensar a literatura como um sistema, algo supostamente capaz de "libertar" a história da historiografia de uma rígida imposição cronológica.<sup>42</sup>

De todo modo, a ausência de estudos não impediu o estabelecimento de uma versão da história da historiografia que tem Capistrano de Abreu como um marco referencial, ao lado de Varnhagen, visto como seu principal antecessor. Também não impossibilitou algumas afirmativas categóricas, tais como aquela que rotula a historiografia anterior aos anos 1930 como "positivista", ou ainda, aquelas que falam do "servilismo metodológico e problemático em que se realiza a prática histórica de nossos historiadores" (a "tendência centrífuga da nossa historiografia") e da sua "congênita pobreza".<sup>43</sup>

Mesmo compartilhando as interpretações negativas acerca da escrita da história no Brasil, o próprio Amaral Lapa chama a atenção para a necessidade de quebrar o pacto consensual a respeito da história da historiografia ou o "caráter repetitivo dos modelos analíticos, em relação aos perfis e às obras mais significantes".<sup>44</sup> Também critica o que vê como iconoclastia: o desprezo pela produção historiográfica anterior a 1930.

Após fazer um levantamento dos estudos sobre a historiografia brasileira produzidos entre as décadas de 1950 e 1970, o autor conclui que não conseguiu ir além de 53 títulos. Entre esses, dezesseis foram escritos por um único historiador: José Honório Rodrigues, enquanto os outros trinta e cinco foram escritos por 29 autores.<sup>45</sup> Isso ajuda a confirmar a ideia de que a leitura da produção historiográfica brasileira e da história da disciplina teve na obra de José Honório uma referência fundamental. Cumpre situar, ainda que brevemente, o modelo de história da disciplina por ele proposto, procurando compreender o lugar de Capistrano nessa história.

### **O legado de Capistrano: José Honório Rodrigues e a história da historiografia brasileira**

José Honório Rodrigues se destaca como o pesquisador que mais se dedicou ao exame da produção historiográfica brasileira. Sua produção vastíssima foi classificada por Francisco Iglésias em cinco grupos: teoria, metodologia e historiografia; história de temas; ensaios historiográficos; obras de referência; e edições de textos.<sup>46</sup>

Capistrano de Abreu teve lugar em muitos de seus escritos, como objeto privilegiado ou, em alguns casos, apenas como um entre outros nomes que ajudaram a compor a história da historiografia brasileira. É possível dizer que José Honório estabeleceu as linhas mestras para a leitura da produção de Capistrano, ao definir suas contribuições para a escrita da história e, ao mesmo tempo, ao situá-lo em relação a uma tradição de estudos históricos. Tal investimento pode ser observado, por exemplo, durante a comemoração do I Centenário de Nascimento do historiador, em 1953. Sua conferência *Capistrano de Abreu e a historiografia brasileira* (1953), proferida ao longo do *Curso Capistrano de Abreu*, organizado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, contribuiu para perpetuar o nome de Capistrano como um precursor da moderna historiografia no Brasil.<sup>47</sup>

Durante a conferência, José Honório menciona um artigo de Eduard Spranger dedicado ao 90<sup>o</sup> aniversário do historiador alemão Friedrich

Meinecke, que considera como “o maior historiador europeu”. Essa referência ajuda a compreender o papel que José Honório deseja dar a Capistrano de Abreu, que se encontra explícito no trecho de Spranger que escolheu para citar:

(...) o grande historiador constrói o mundo espiritual que começa nele de maneira indissolúvel. A vida, de cuja compreensão ele se apropriou, torna-se imediatamente uma força presente e formadora do futuro. Pois só o que é explicado e compreendido torna livre o homem. Assim, o verdadeiro historiador liberta seus contemporâneos da pressão de um passado que simplesmente pesa sobre eles.<sup>48</sup>

Após reproduzir tal opinião sobre o papel libertador do historiador, Rodrigues associa a história a dois sentimentos ambivalentes: o promovido pela catarse, que livra os homens do peso do passado, e o propiciado pela memória, que conserva o “legado” ou o “tesouro espiritual” necessário à construção do futuro. A partir dessa colocação, é possível afirmar que, para Rodrigues, o papel do historiador seria o de promover a consciência histórica, atuando tanto na libertação quanto na conservação do passado. Ou seja, tal papel pressupõe o exercício de duas funções, que o autor considera complementares: a crítica e a memória, relacionadas a um contínuo processo de desconstrução e construção da história. Capistrano de Abreu teria sido “a mais lúcida consciência da historiografia brasileira”, por ter desempenhado bem ambas as funções.<sup>49</sup>

Em meio a diferentes vozes reunidas durante o Centenário de Capistrano, José Honório Rodrigues procura conjugar o elogio – característico dos momentos de comemoração – com a crítica historiográfica. Nesse sentido, a história da historiografia cumpre o papel de produzir memórias e legitimar tradições, estabelecendo marcos de ruptura capazes de distinguir a “velha” e a “nova” historiografia; sustentando a autoridade de determinados grupos, instituições e indivíduos na produção do conhecimento e na escrita da história; garantindo a pertinência e credibilidade de determinadas interpretações e, até mesmo, produzido seus mitos e heróis.

O projeto historiográfico de Rodrigues parece ser um bom exemplo dessa conjunção entre memória e historiografia. De acordo com Francisco Iglésias, tal projeto tinha por objetivo desenvolver uma obra tríptica, composta por teoria, pesquisa e historiografia.<sup>50</sup> Em outras palavras, o plano envolvia a publicação de livros sobre esses três temas, com uma finalidade pedagógica: formar os historiadores nacionais, ensinando-os a pesquisar e a escrever a história, através do exemplo dos “mestres”. No prefácio da primeira edição do livro *Teoria da História do Brasil* (1949), o autor apresenta seu objetivo:

(...) dar aos alunos uma ideia mais exata do que é a história, de seus métodos e de sua crítica, da bibliografia e historiografia brasileiras, de modo a prepará-los para um conhecimento crítico da história do Brasil. (...) Há, assim, um fim pedagógico como objetivo primordial deste trabalho; procura-se oferecer aos estudantes de história geral e do Brasil, aos professores secundários, aos estudiosos ocupados com a história concreta, uma visão de conjunto dos principais problemas de metodologia da história. Da história do Brasil, tão somente, já que os exemplos ilustrativos são puramente brasileiros. (...) Uma verdadeira compreensão do ensino superior da história exige o contato do estudante com os grandes e pequenos mestres (...).<sup>51</sup>

A monumentalidade do projeto de José Honório pode ser medida não apenas pelas intenções explícitas de conjugar o exame da teoria, da pesquisa e da historiografia brasileira em um único projeto e atingir um público amplo – composto por estudantes universitários de história e professores secundários –, mas pela forma de divulgação, através da importante coleção *Brasiliiana*, dedicada a publicar estudos nacionais e estrangeiros sobre o Brasil, com destaque para pesquisas históricas. Tal empreendimento teve participação efetiva no movimento de “redescobrimto do Brasil” ocorrido ao longo dos anos 1930 e 1940.<sup>52</sup> Entre 1931 e 1969 (data das últimas publicações), a coleção publicou 211 autores e 307 títulos, que tratavam de assuntos diversos, tais como: história, geografia, biografia e memória, educação, folclore, arqueologia etc. É interessante notar que, ao longo desse período, 89 dos trabalhos publicados foram escritos por 41 membros da Sociedade Capistrano de Abreu, entre os quais, José Honório Rodrigues.<sup>53</sup>

Através de um amplo projeto, José Honório expôs as linhas gerais para a interpretação da história da história *do e no* Brasil, listando nomes e obras, estabelecendo uma cronologia da produção historiográfica, tecendo relações entre essa produção e algumas teorias da história etc. Tal projeto possui uma clara função crítica. Seu alvo principal é a historiografia que o autor considera distante dos interesses nacionais, incapaz de dar conta do processo de emancipação do país. Em sua opinião, essa historiografia a ser ultrapassada só tem olhos para a história colonial, não sendo capaz de desenvolver seu oposto: a história nacional. A primeira não referindo unicamente ao período colonial (embora tal período seja privilegiado), mas a uma escrita da história inspirada por valores estrangeiros e compromissada com a difusão de ideologias anti-nacionais. A segunda, que ainda não estaria plenamente desenvolvida, representaria o pensamento genuinamente brasileiro. Segundo o autor:

(...) a historiografia brasileira é um espelho de sua própria história. A historiografia, como outros ramos do pensamento e da atividade humanos, está inegavelmente integrada na sociedade de que é parte. Há, assim, uma estreita conexão entre a historiografia de um período e as predileções e características de uma sociedade. O nexó é econômico e ideológico.<sup>54</sup>

Os dois elementos básicos para a compreensão da história brasileira e de sua historiografia seriam a “personalidade básica portuguesa e a sociedade rural”. Ou seja, a historiografia seria a expressão do “Brasil arcaico”, como demonstra o interesse pela fase colonial e o apego à Europa. Tal perspectiva teria marcado as primeiras décadas do século XX, havendo um marco de ruptura: Capistrano de Abreu.<sup>55</sup>

Defensor de uma história combatente, dedicada a responder às demandas do presente, José Honório dava especial atenção ao problema da emancipação brasileira, que ainda julgava incompleta. Daí a importância política da história, vista como “um dos meios mais populares e efetivos de reunir apoio ou oposição ao curso controvertido de uma ação pública”. O saber histórico deveria atender às necessidades da vida (diga-se, do presente), desenvolvendo seu potencial pragmático. Tal afirmação é uma

constante em seus trabalhos, o que ajuda a compreender o papel atribuído aos historiadores em geral e a Capistrano de Abreu em particular.<sup>56</sup> De acordo com o autor:

É especialmente com Capistrano de Abreu que se inicia a historiografia nova, expressão do Brasil novo, pois ao escrever os *Caminhos antigos e o povoamento do Brasil* (1899), tema colonial ainda, ele rejeita a ênfase sobre as origens europeias e as relações europeias. Seu tema é inteiramente nacional, pois convida os historiadores brasileiros a não centralizar o seu interesse nas comunidades do litoral, mas no interior, no próprio Brasil arcaico, é verdade, mas nas origens autônomas do Brasil novo: as minas, as bandeiras, os caminhos. A rejeição colonial está implícita no próprio tema colonial.<sup>57</sup>

Capistrano teria sido “o mais caboclo dos nossos historiadores”, não tanto por suas origens – como reforçam os necrológios, escritos comemorativos e as biografias do historiador – mas porque possuía uma “visão nacional” da história, mesmo sendo informado pelas doutrinas alemã, francesa, inglesa etc.<sup>58</sup> Em outras palavras, é possível dizer que José Honório investiu na caracterização de um historiador nacional exemplar. Se, para os autores dos necrológios, textos celebrativos e biografias, a origem indígena/sertaneja de Capistrano tinha grande valor, pois ajudava a sustentá-lo como um símbolo da brasilidade ou como um modelo de intelectual genuinamente brasileiro, para José Honório importa mais ressaltar os aspectos de sua consciência nacionalista. Essa interpretação ajuda a sustentar a proposição de uma “nova” tradição de estudos históricos nacionais iniciada por Capistrano.

Fundamentalmente, José Honório procurou desenvolver um exercício crítico que considerava fundamental: o revisionismo. Esse deveria ser aplicado tanto aos fatos históricos quanto às ideias, ou melhor, às ideologias.<sup>59</sup> É interessante notar que, um dos significados do termo revisar é “ver com atenção, examinar cuidadosamente”, fazendo correções. Outro significado é “trazer à memória, lembrar, recordar”. Esse duplo viés, crítico e memorialístico, ajuda a dimensionar o projeto de José Honório e a compreender o que ele identifica como o legado de Capistrano para a

historiografia brasileira. Um dos itens mais caros desse legado seria, justamente, o revisionismo. De acordo com o autor, Capistrano havia sido o impulsionador desse exercício crítico (e memorialístico), ao examinar a obra de seus antecessores e contemporâneos. Supostamente, José Honório dá continuidade ao processo iniciado por aquele que considerava como o grande mestre da historiografia brasileira do início do século XX.<sup>60</sup>

Sendo assim, é possível dizer que, além da função crítica, o projeto de José Honório também desenvolve uma função memorialística (ou exemplar). Tal função pode ser reconhecida na listagem de autores e obras consideradas mais importantes, capaz de criar modelos (de historiografia e de historiadores) ilustrativos, a partir dos quais se estabelece a cronologia da disciplina. Também pode ser identificada na suposição do autor de que o papel do historiador é tanto livrar os homens do presente do peso do passado – por meio da consciência histórica e de uma historiografia crítica –, como conservar o “legado” necessário para a construção do futuro.<sup>61</sup>

Além de investir na caracterização de Capistrano como um historiador modelar e precursor de uma “nova historiografia”, José Honório também realizou um extenso trabalho de organização da obra do historiador, uma produção fragmentada, em sua maior parte dispersa por jornais, revistas e prefácios de diferentes publicações. Também se empenhou na árdua tarefa de reunir sua correspondência ativa e passiva. Mesmo tendo escrito sobre vários outros historiadores, como Afonso Taunay, Rodolfo Garcia, Otávio Tarquínio de Sousa etc.,<sup>62</sup> nada se compara ao trabalho realizado em torno de Capistrano. José Honório foi o único prefaciador das dez (re)edições de seus trabalhos.<sup>63</sup>

Para José Honório, *Capítulos de história colonial* (1907), *Caminhos antigos e povoamento do Brasil* (1899) e as edições críticas da *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador (1918) e da *História Geral do Brasil*, de Varnhagen (1906), são os quatro trabalhos que se distinguem na obra de Capistrano. Os *Capítulos* são vistos como “a mais perfeita síntese jamais realizada na historiografia brasileira. É um livro para todos, que todos podem e devem ler mais de uma vez”. Quanto aos *Caminhos antigos e povoamento*,

“definiram os roteiros da época colonial, explicaram a articulação de várias capitanias, mostraram um campo novo na historiografia (...) são, para a historiografia brasileira, o que *The Frontier in American History* [1893] de F. Turner é para a historiografia americana”. Já as edições de Frei Vicente e Varnhagen “são uma conversa para eruditos, o mais sério e o mais perfeito exemplo de crítica histórica, com todo o rigor da metodologia alemã”.<sup>64</sup>

Por fim, as cartas de Capistrano são apresentadas como um acervo precioso tanto para a biografia quanto para a historiografia brasileira, pois deixam ver os métodos de trabalho do historiador, assim como, o desenvolvimento das pesquisas, a vida e a política no Brasil, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX. Graças a José Honório, a correspondência de Capistrano (ativa e passiva) foi reunida e publicada, passando a integrar sua obra, não apenas como um escrito íntimo, mas como um tipo de estudo do Brasil. É assim que a correspondência aparece ao lado de outros trabalhos na Coleção Octalles Marcondes Ferreira, série Estudos Brasileiros.<sup>65</sup>

É possível dizer que, entre os fatores que influíram na perpetuação do nome de Capistrano, destaca-se a atuação do próprio historiador na construção de si mesmo (como indivíduo, intelectual e historiador) e os investimentos de seus admiradores e discípulos. A geração posterior a Capistrano, que participou da organização dos primeiros cursos universitários no Brasil, também contribuiu ao construir uma história da historiografia elegendo figuras-referenciais a serem lembradas. O nome de Capistrano manteve-se vivo para essa geração, apesar de uma progressiva rejeição da produção literária, científica e intelectual anterior à década de 1930. Essa rejeição colocou a produção dos “homens de letras” da virada do século, entre eles, Capistrano, sob suspeita de deficiências ou incompletudes. José Honório revisou essa historiografia, apontando suas principais contribuições. Diante de um exemplo de erudito, que em vida era considerado como o maior historiador do país, mas cuja produção era bastante dispersa – a ponto do historiador carregar a pecha de não ter escrito, efetivamente, uma história do Brasil – o autor tomou para si a tarefa de

organizar-lhe a obra a ser lida e lembrada como um marco da história da historiografia.

Mais do que analisar os referenciais teóricos presentes na historiografia brasileira, apontar seus principais nomes e obras, destrinchar seus métodos e traçar um panorama da pesquisa histórica em nosso país, apresentando seus principais arquivos e fontes documentais, o que José Honório parece visar é a invenção de uma tradição historiográfica em meio a qual, talvez, ele mesmo pudesse inserir-se, não apenas como um entre outros historiadores, mas como aquele que organiza o legado e aponta caminhos para futuras pesquisas. Supostamente, ao construir sua versão da história da historiografia, ele também reservou um lugar para si, pois “tinha consciência do valor de sua obra e esperava, sem modéstia, figurar no futuro entre os grandes da História e da Historiografia brasileiras”.<sup>66</sup>

## **Bibliografia**

- ABREU, Regina. *O enigma de Os sertões*. Rio de Janeiro, Rocco-Funarte, 1996.
- AGUIAR, Ronaldo Conde. *Pequena bibliografia crítica do pensamento social brasileiro*. Brasília, Paralelo 15; São Paulo, Marco Zero, 2000.
- BLANKE, Horst Walter. “Para uma nova história da historiografia”. In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo, Contexto, 2006, p. 27-64.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo, Cultrix, 1997.
- \_\_\_\_\_. “O pré-modernismo”. São Paulo, Cultrix, 1966.
- \_\_\_\_\_. “As letras na Primeira República”. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, tomo III, vol. 9, 1997, p. 293-319.
- BOTTMANN, Denise Guimarães. *Padrões explicativos da historiografia brasileira*. Campinas, Unicamp, Dissertação de Mestrado, 1985.
- BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil – 1900*. 1ª ed. 1956. Rio de Janeiro: José Olympio; ABL, 2005. 5ª ed.
- CALVINO, Ítalo. *Por que ler os clássicos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.
- CÂNDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira, momentos decisivos*. São Paulo, Martins Fontes, 1971.
- \_\_\_\_\_. “Literatura e cultura de 1900 a 1945”. In: \_\_\_\_\_. *Literatura e sociedade*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1965.

- CARVALHO, José Murilo de. "História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura", *Topóis*, Rio de Janeiro, Sete Letras/UFRJ, 2000, n. 1, p. 123-24.
- CATROGA, Fernando. "Ritualização da história". In: \_\_\_\_\_; TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Amado. *História da História em Portugal*. S.l., Temas & Debates, [1998], p. 339-348.
- CERTEAU, Michel de. "A operação historiográfica". In: \_\_\_\_\_. *A escrita da história*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982, p. 65-119.
- CHARTIER, Roger. "História intelectual e história das mentalidades: uma dupla reavaliação". In: \_\_\_\_\_. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa, Difel, 1990, p. 29-67
- COORNAERT, M. Émile. "Chroniques et Mélanges – Aperçu de La production historique recente au Brésil", *Revue d'Histoire Moderne*, janvier / fevrier, 1936, p. 44-60.
- COSTA, João Cruz. *Contribuição à história das idéias no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.
- COUTINHO, Afrânio. "A formação de Capistrano crítico". In: \_\_\_\_\_. *Euclides, Capistrano e Araripe*. Rio de Janeiro, s.e., 1959, p.17-76. Originalmente publicado em dez artigos no *Diário de Notícias*. Suplemento Literário, Rio de Janeiro, de 25/10/1953 a 03/01/1954.
- DUTRA, Eliana de Freitas. "A nação nos livros: a biblioteca ideal na coleção Brasileira". In: \_\_\_\_\_ e MOLLIER, Jean-Yves (org.). *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política*. Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX. São Paulo, Annablume, 2006, p. 299-314.
- FALCON, Francisco José Calazans. "História das Idéias". In: CARDOSO, Ciro Flammarion e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro, Campus, 1997, p. 91-125.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. "Notas sobre a institucionalização dos cursos universitários de História no Rio de Janeiro". In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006, p. 139-161.
- FICO, Carlos e POLITO, Ronald. "A historiografia brasileira nos últimos 20 anos – tentativa de avaliação crítica". In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A velha história: teoria, método e historiografia*. Campinas, Papyrus, 1996, p. 191-192.
- FIGUEIRA, Pedro de Alcântara. *Historiografia brasileira: 1900-1930*. Assis, Unesp, tese de doutorado, 1973.
- FRANZINI, Fabio. *À sombra das palmeiras: a Coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959)*. São Paulo, USP, Tese de Doutorado em História, 2006.
- \_\_\_\_\_ e GONTIJO, Rebeca. "Memória e história da historiografia no Brasil: a invenção de uma moderna tradição, anos 1940-1960". In: ALMEIDA, Maria Regina Celestino de; SOIHET, Rachel; AZEVEDO, Cecília da Silva; GONTIJO, Rebeca (orgs.). *Mitos, projetos e práticas políticas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 141-160.
- GLEZER, Raquel. *O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues*. São Paulo, USP, Tese de Doutorado em História, 1976.

- GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro, FGV, 1996.
- \_\_\_\_\_. “Política: história, ciência, cultura, etc.”. *Estudos Históricos – Dossiê Historiografia*. Rio de Janeiro, vol. 9, n. 17, 1996, p.
- \_\_\_\_\_. “História, historiografia e cultura política no Brasil”. In: SOIHET, Rachel, BICALHO, Maria Fernanda Baptista e GOUVÊA, Fátima Silva (orgs.). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro, FAPERJ / MAUAD, 2005, p. 21-44.
- GONTIJO, Rebeca. *O velho vaqueano*. Capistrano de Abreu, da historiografia ao historiador. Niterói, UFF, Tese de Doutorado em História, 2006.
- \_\_\_\_\_. "O 'cruzado da inteligência': Capistrano de Abreu, memória e biografia", *Anos 90*, Porto Alegre, vol. 14, n. 26, p. 41-76, dez. 2007.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. “TV Congresso de História Nacional: tendências e perspectivas da história do Brasil colonial (Rio de Janeiro, 1949)”, *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 24, n. 48, jul. / dez., 2004, p. 145-170.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. "Historiografia e cultura histórica: notas para um debate", *Ágora*, Santa Cruz do Sul, vol. 11, n. 1, p. 31-47, jan./jun. 2005.
- HARTOG, François. *O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2003.
- HAUSER, Henri. "Notes sur le travail historique au Brésil", *Revue Historique – Bulletins Critiques*, vol. 181, n. 1, jan./mar. 1937, p. 85-98.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. “O pensamento histórico no Brasil durante os últimos cinquenta anos (1900-1950)”. In: MONTEIRO, Pedro Meira e EUGÊNIO, João Kennedy (org.). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas, SP, Ed. Unicamp; Rio de Janeiro, Ed. UERJ, 2008, p. 601-615. *Correio da Manhã*. Caderno especial Cultura Brasileira (comemorativo dos cinquenta anos do jornal), 15/06/1951.
- \_\_\_\_\_. “Período Colonial”. In: MORAES, Rubens Borba de e BERRIEN, William (Dir.). *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*. Rio de Janeiro, Gráfica Editora Souza, 1949, p. 387-407.
- IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira; Belo Horizonte, UFMG, IPEA, 2000.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *João Francisco Lisboa: jornalista e historiador*. São Paulo, Ática, 1977.
- LAMOUNIER, Bolivar. “Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação”. In: FAUSTO, Boris (Dir.). *História da Civilização Brasileira III: O Brasil Republicano 2 – Sociedade e instituições (1889-1930)*. São Paulo, Difel, 1977, p. 343-374.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *A história em questão: historiografia brasileira contemporânea*. Petrópolis, Vozes, 1976.
- LIMA, Luiz Costa. “Da existência precária: o sistema intelectual brasileiro”. In: \_\_\_\_\_. *Dispersa demanda* (ensaios sobre literatura e teoria). Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1981, p. 3-29. Originalmente publicado no periódico *Cadernos de Opinião*, Rio de Janeiro, n. 2-5, 1978.
- MACHADO NETO, A. L. *Estrutura social da república das letras* (Sociologia da vida intelectual brasileira, 1870-1930). São Paulo, EDUSP, Grijalbo, 1973.

- MARQUES, Ana Luiza. *José Honório Rodrigues: uma sistemática teórico-metodológica a serviço da História do Brasil*. Rio de Janeiro, PUC, Dissertação de Mestrado em História, 2000.
- MICELI, Sergio. *Poder, sexo e letras na República Velha* (Estudo clínico dos Anatólios). São Paulo, Perspectiva, 1977.
- \_\_\_\_\_. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil, 1920-1945*. São Paulo / Rio de Janeiro, Difel, 1979.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira* (1933-1974). 1ª edição 1977. São Paulo, Ática, 1994.
- NICOLLAZI, Fernando Felizberto. Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio. *Sobre Casa-Grande & Senzala e a representação do passado*. Porto Alegre, UFRGS, Tese de Doutorado em História, 2008.
- PONTES, Heloísa. “Retratos do Brasil: editores, editoras e ‘Coleções Brasileira’ nas décadas de 30, 40 e 50”. In: MICELI, Sérgio (Org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo, Vértice, 1989, vol. 1, p. 359-409.
- RODRIGUES, José Honório. “Instituto Nacional de Pesquisa Histórica”. In: \_\_\_\_\_. *A pesquisa histórica no Brasil*. 1ª edição 1952. São Paulo, Companhia Editora Nacional; Brasília, INL, 1969, p. 237-250. 2ª edição revista e aumentada.
- \_\_\_\_\_. “Prefácio da 1ª edição” [1949]. In: \_\_\_\_\_. *Teoria da História do Brasil: introdução metodológica*. São Paulo, Companhia Editora Nacional; Brasília, INL, 1978, p. 11 e 13. 4ª edição. Coleção Brasileira (Série Grande Formato).
- \_\_\_\_\_. “As tendências da historiografia brasileira e as necessidades da pesquisa” [1965]. In: \_\_\_\_\_. *Vida e História*. São Paulo, Perspectiva, 1986, p. 57-79.
- \_\_\_\_\_. “Duas obras básicas de Capistrano de Abreu: os *Capítulos de história colonial e Caminhos antigos e povoamento do Brasil*”. In: \_\_\_\_\_. *Vida e História*. São Paulo, Perspectiva, 1986, p. 81-97.
- \_\_\_\_\_. “Introdução”. In: ABREU, Capistrano de. *Correspondência*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; Brasília, MEC, 1977, vol. 1, p. ix-xxxvi. Coleção Octalles Marcondes Ferreira: Estudos Brasileiros, vol. 8.
- \_\_\_\_\_. *História e historiadores*. São Paulo, Fulgor, 1965.
- \_\_\_\_\_. *História e historiografia*. Petrópolis, Vozes, 1970.
- \_\_\_\_\_. “Um historiador caboclo e sua obra: Capistrano de Abreu”. In: \_\_\_\_\_. *História combatente*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982, p. 226-232. Originalmente publicado no *Jornal do Brasil*, 17/12/1977.
- \_\_\_\_\_. “Capistrano de Abreu e a historiografia brasileira”. In: ABREU, Capistrano de. *Correspondência* 1. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; Brasília, MEC, 1977, p. xxxvii-lvi. Originalmente publicado na *Revista do IHGB*, vol. 221, out./dez. 1953, 120-138.
- \_\_\_\_\_. “Nota liminar”. In: ABREU, Capistrano de. *Ensaio e Estudos: crítica e história*, 1ª série. 1ª edição 1931. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1975, p. ix-xii. 2ª edição.
- SALLES, Ricardo. “Uma obra clássica”. In: SALLES, Ricardo. *Joaquim Nabuco: um pensador do Império*. Rio de Janeiro, Topbooks, 2002, p. 181-214.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. “Raízes da imaginação política brasileira”, *Dados*, Rio de Janeiro, IUPERJ, n. 7, 1970, p. 146-147.

- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 1ª edição 1983. São Paulo, Companhia das Letras, 2003, edição revista e ampliada.
- SIRINELLI, Jean-François. "Os intelectuais". In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro, FGV-UFRJ, 1996, p. 231-269.
- SODRÉ, Néelson Werneck. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. Rio de Janeiro, Cia. Editora Leitura, 1945.
- TULLY, James (org.). *Meaning and Context*. Quentin Skinner and his critics. Princeton, Princeton University Press, 1988.

## NOTAS

\* Professora do Departamento de Letras e Ciências Sociais da UFRRJ. Doutora em História pela UFF. E-mail: rebecca\_gontijo@hotmail.com. Este artigo é uma versão revista e adaptada do último capítulo De minha teste, intitulada *O velho vaqueano: Capistrano de Abreu, da historiografia ao historiador*. Niterói, UFF, Tese de Doutorado, 2006.

<sup>1</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. "O pensamento histórico no Brasil durante os últimos cinquenta anos (1900-1950)". In: MONTEIRO, Pedro Meira e EUGÊNIO, João Kennedy (org.). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas, SP, Ed. Unicamp; Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2008, p. 601-615. Originalmente publicado no jornal *Correio da Manhã*. Caderno especial Cultura Brasileira (comemorativo dos cinquenta anos do jornal), 15/06/1951.

<sup>2</sup> De acordo com a tipologia elaborada por Horst Walter Blanke, o artigo de Holanda pode ser incluído entre os balanços gerais, um dos dez tipos de história da historiografia identificados pelo autor. Tais balanços contêm "visões panorâmicas do estado das pesquisas com intenção de graduar historiadores ou classificá-los em campos específicos, de tal forma que só em um sentido estrito podem ser considerados história da historiografia". Ver BLANKE, Horst Walter. "Para uma nova história da historiografia". In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo, Contexto, 2006, p. 30.

<sup>3</sup> COORNAERT, M. Émile. "Chroniques et Mélanges – Aperçu de La production historique recente au Brésil", *Revue d'Histoire Moderne*, janvier / février, 1936, p. 44-60; HAUSER, Henri. "Notes sur le travail historique au Brésil", *Revue Historique – Bulletins Critiques*, vol. 181, n. 1, jan./mar. 1937, p. 85-98. Agradeço ao professor Temístocles Cezar por ceder seu fichamento

dos textos de Coornaert e Hauser; e à professora Hebe Mattos pelas cópias dos mesmos, obtidas na Bibliothèque Nationale de France.

<sup>4</sup> CALVINO, Ítalo. *Por que ler os clássicos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993, p.11.

<sup>5</sup> ARGAN apud SALLES, Ricardo. “Uma obra clássica”. In: SALLES, Ricardo. *Joaquim Nabuco: um pensador do Império*. Rio de Janeiro, Topbooks, 2002, p. 205, nota 260.

<sup>6</sup> SALLES, *ibidem*, p.181-246.

<sup>7</sup> Para ajudar nessa reflexão, foram muito úteis os trabalhos de: ABREU, Regina. *O enigma de Os sertões*. Rio de Janeiro, Rocco-Funarte, 1996; CATROGA, Fernando. “Ritualização da história”. In: \_\_\_\_; TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Amado. *História da História em Portugal*. S.l., Temas & Debates, [1998], p. 339-348; e HARTOG, François. *O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2003.

<sup>8</sup> GONTIJO, *op. cit.*

<sup>9</sup> Sobre a recepção das obras de Freyre, Holanda e Prado Jr., ver: FRANZINI, Fabio e GONTIJO, Rebeca. “Memória e história da historiografia no Brasil: a invenção de uma moderna tradição, anos 1940-1960”. In: ALMEIDA, Maria Regina Celestino et al. (orgs.). *Mitos, projetos e práticas políticas*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009, p. 141-160.

<sup>10</sup> CÂNDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira, momentos decisivos*. São Paulo, Martins Fontes, 1971; *Idem*. “Literatura e cultura de 1900 a 1945”. In: \_\_\_\_\_. *Literatura e sociedade*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1965; BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo, Cultrix, 1997; *Idem*. “O pré-modernismo”. São Paulo, Cultrix, 1966; *Idem*. “As letras na Primeira República”. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, tomo III, vol. 9, 1997, p. 293-319; LIMA, Luiz Costa. “Da existência precária: o sistema intelectual brasileiro” [1978]. In: \_\_\_\_\_. *Dispersa demanda* (ensaios sobre literatura e teoria). Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1981, p. 3-29.

<sup>11</sup> Cabe aqui lembrar a distinção existente entre a história das ideias e a história intelectual ou dos intelectuais. A primeira é caracterizada por tomar as ideias como sistemas de pensamento, que, de acordo com o ponto de vista, podem ou não ser relacionados a determinados contextos. A segunda estaria mais próxima de uma sociologia do meio intelectual. Essa distinção esbarra em problemas relativos ao vocabulário, uma vez que há grandes especificidades nacionais na designação dos objetos de estudo, o que torna difícil adaptar ou traduzir categorias e conceitos pertinentes. Ver CHARTIER, Roger. “História intelectual e história das mentalidades: uma dupla reavaliação”. In: \_\_\_\_\_. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa, Difel, 1990, p. 29-67; SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro, FGV-UFRJ, 1996, p. 231-269; FALCON, Francisco José Calazans. “História das Idéias”. In: CARDOSO, Ciro Flammarion e VAINFAS,

Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro, Campus, 1997, p. 91-125.

<sup>12</sup> SANTOS, Wanderley Guilherme dos. “Raízes da imaginação política brasileira”. *Dados*, Rio de Janeiro, IUPERJ, n. 7, 1970, p. 146-147.

<sup>13</sup> LAMOUNIER, Bolívar. “Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação”. In: FAUSTO, Boris (Dir.). *História da Civilização Brasileira III: O Brasil Republicano 2 – Sociedade e instituições (1889-1930)*. São Paulo, Difel, 1977, p. 343-374; FALCON, *op. cit.*, p. 122.

<sup>14</sup> CARVALHO, José Murilo de. “História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura”, *Topóis*. Rio de Janeiro, Sete Letras/UFRJ, 2000, n. 1, p. 123-24.

<sup>15</sup> Exemplos de trabalhos que citam Capistrano: BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil* (1956); COSTA, João Cruz. *Contribuição à história das idéias no Brasil* (1956).

<sup>16</sup> COUTINHO, Afrânio. “A formação de Capistrano crítico”. In: \_\_\_\_\_. *Euclides, Capistrano e Araripe*. Rio de Janeiro, s.e., 1959, p.17-76.

<sup>17</sup> Ver: HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Período Colonial”. In: MORAES, Rubens Borba de e BERRIEN, William (dir.). *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*. Rio de Janeiro, Gráfica Editora Souza, 1949, p. 387-407; e SODRÉ, Néelson Werneck. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. Rio de Janeiro, Cia. Editora Leitura, 1945. Em edição posterior, Werneck Sodré apresenta opinião divergente, dizendo que “é fácil verificar que Capistrano não acrescenta ao tratamento da história brasileira nenhum elemento fundamental, não a ilumina pela aplicação de um método, não a esclarece pela revisão dos fatos, quanto ao conteúdo destes”. Ver: AGUIAR, Ronaldo Conde. *Pequena bibliografia crítica do pensamento social brasileiro*. Brasília, Paralelo 15; São Paulo, Marco Zero, 2000, p. 111-112. Aguiar recupera as opiniões de Werneck presentes na 6ª edição (1988) do referido livro.

<sup>18</sup> GOMES, Ângela de Castro. “Política: história, ciência, cultura, etc.”, *Estudos Históricos – Dossiê Historiografia*, Rio de Janeiro, vol. 9, n. 17, 1996, p. 62.

<sup>19</sup> *Ibidem*, p. 77. Ver, também, CARVALHO, *op. cit.*, p. 123-152.

<sup>20</sup> GOMES, *op. cit.*, p. 62 e 78.

<sup>21</sup> Ver FALCON, *op. cit.*, p. 107-108 e 122; FICO, Carlos e POLITO, Ronald. “A historiografia brasileira nos últimos 20 anos – tentativa de avaliação crítica”. In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A velha história: teoria, método e historiografia*. Campinas, Papyrus, 1996, p. 191-192.

<sup>22</sup> FIGUEIRA apud BOTTMANN, Denise Guimarães. *Padrões explicativos da historiografia brasileira*. Campinas, Unicamp, Dissertação de Mestrado, 1985, p. 20-21. A referência completa do trabalho citado por Bottmann é: FIGUEIRA, Pedro de Alcântara. *Historiografia brasileira: 1900-1930*. Assis, Unesp, Tese de Doutorado, 1973.

<sup>23</sup> Não é demais lembrar que a associação entre *lugares, práticas e textos* foi proposta por CERTEAU, Michel. "A operação historiográfica". In: \_\_\_\_\_. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 65-119.

<sup>24</sup> Ver GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro, FGV, 1996.

<sup>25</sup> Sobre a Coleção Brasileira, ver: DUTRA, Eliana de Freitas. "A nação nos livros: a biblioteca ideal na coleção Brasileira". In: \_\_\_\_\_ e MOLLIER, Jean-Yves (org.). *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política. Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*. São Paulo, Annablume, 2006, p. 299-314. Sobre a Coleção Documentos Brasileiros, ver: FRANZINI, Fabio. *À sombra das palmeiras: a Coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959)*. São Paulo, USP, Tese de Doutorado em História, 2006.

<sup>26</sup> GUIMARÃES, Manoel Salgado. "Historiografia e cultura histórica: notas para um debate", *Ágora*, Santa Cruz do Sul, vol. 11, n.1, jan./jun. 2005, p. 34.

<sup>27</sup> O marco inicial do ensino superior de História comumente aceito é a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade de São Paulo, em 1934. Ver MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. 1ª edição 1977. São Paulo, Ática, 1994, p. 24. 8ª edição. Ver também: FERREIRA, Marieta de Moraes. "Notas sobre a institucionalização dos cursos universitários de História no Rio de Janeiro". In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006, p. 139-161.

<sup>28</sup> Francisco Falcon observa duas grandes tendências historiográficas a partir de então. A primeira considera a relação entre as ideias e o mundo social como real e necessária. A segunda rejeita essa relação, optando pelo estudo das ideias a partir de seu suporte textual, como discurso ou mensagem, fundando a análise em pressupostos linguísticos, hermenêuticos ou literários. Ver FALCON, *op. cit.*, p. 114.

<sup>29</sup> Ver: GOMES, *op. cit.*, p.67 e 78; e SIRINELLI, *op. cit.*. Essa renovação também pode ser vinculada ao desenvolvimento da história cultural, que tem Roger Chartier como um dos principais divulgadores. Suas reflexões sobre práticas, representações e apropriações, assim como, suas pesquisas sobre a história do livro e da leitura ajudaram a ampliar o interesse pelas linguagens, discursos, edições, produção, circulação e recepção de textos, contribuindo para o surgimento de novas questões pertinentes à história intelectual, assim como, ao estudo das ideias. Ver CHARTIER, *A história cultural, op. cit.* Outra contribuição importante é a do chamado "contextualismo linguístico" da Escola de Cambridge, onde se destacam os trabalhos Quentin Skinner. Este autor procura afastar-se de dois modelos presentes na história do pensamento político: o modelo contextualista (contexto determina significado do texto); e o modelo textualista (defende a autonomia do texto em relação ao contexto). Busca um caminho intermediário, que leve em conta as intenções dos autores em diálogo com seus contemporâneos e os diversos contextos aos quais a elaboração textual pode estar vinculada. O "contexto linguístico"

corresponde a uma comunidade que partilha o mesmo vocabulário, socialmente condicionado e mobilizado pelos autores na composição de seus escritos. Ver TULLY, James (org.). *Meaning and Context*. Quentin Skinner and his critics. Princeton, Princeton University Press, 1988.

<sup>30</sup> LAPA, José Roberto do Amaral. *A história em questão: historiografia brasileira contemporânea*. Petrópolis, Vozes, 1976, p. 24, 60 e 80. O autor lembra que a obra desses influentes historiadores foi construída fora dos cursos de história das faculdades de filosofia.

<sup>31</sup> Lúcia Maria Paschoal Guimarães confirma a importância de Capistrano como referencial para os estudos históricos nos anos quarenta, através da análise do programa do IV Congresso de História do Brasil, organizado pelo IHGB, em 1949. Da valorização do período colonial à escolha das temáticas, prevalece a influência do referido historiador. GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. “IV Congresso de História Nacional: tendências e perspectivas da história do Brasil colonial (Rio de Janeiro, 1949)”, *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 24, n. 48, jul. / dez., 2004, p. 145-170.

<sup>32</sup> As cinco biografias sobre Capistrano de Abreu localizadas foram publicadas nos anos de 1931, 1953 (duas), 1956 e 1969. Sobre essa produção, ver GONTIJO, Rebeca. "O 'cruzado da inteligência': Capistrano de Abreu, memória e biografia", *Anos 90*, Porto Alegre, vol. 14, n. 26, p. 41-76, dez. 2007.

<sup>33</sup> *Como é sabido, os cursos universitários de pós-graduação foram criados na década de 70, tornando-se responsáveis, a partir de então, pela maior parte da produção historiográfica do país. Isso ocorreu sob duas notórias influências, já apontadas: a do marxismo e a da historiografia francesa, representada pela “escola” dos Annales. Ver FICO e POLITO, op. cit., p. 191.*

<sup>34</sup> Ver: IGLÉSIAS, Francisco. “A pesquisa histórica no Brasil”. *Revista de História*, vol. 43, n. 88, out./dez. 1971, p. 373-415; MOTA, *op. cit.*; LAPA, *op. cit.*

<sup>35</sup> Ver FICO e POLITO, *op. cit.*

<sup>36</sup> LAPA, *op. cit.*, p. 69-70.

<sup>37</sup> *Ibidem*, p. 70.

<sup>38</sup> Sobre essa produção ensaística, ver: NICOLAZZI, Fernando Felizberto. *Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio*. Sobre Casa-grande & senzala e a representação do passado. Porto Alegre, UFRGS, Tese de Doutorado em História, 2008.

<sup>39</sup> Ver MICELI, Sergio. *Poder, sexo e letras na República Velha* (Estudo clínico dos Anatolianos). São Paulo, Perspectiva, 1977; *Idem. Intelectuais e classe dirigente no Brasil, 1920-1945*. São Paulo / Rio de Janeiro, Difel, 1979. E ainda: COSTA LIMA, *op. cit.*; MOTA, *op. cit.*

<sup>40</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 1ª edição 1983. São Paulo, Companhia das Letras, 2003, edição revista e ampliada.

<sup>41</sup> ODÁLIA, Nilo. *As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna*. [1979]. São Paulo, Unesp, 1997, p. 11.

<sup>42</sup> Ver JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *João Francisco Lisboa: jornalista e historiador*. São Paulo, Ática, 1977, p. 9-20.

<sup>43</sup> *Ibidem*, p. 12; LAPA, *op. cit.*, p. 191.

<sup>44</sup> Em meados da década de setenta, a possibilidade de quebrar tal consenso era fornecida, de acordo com Lapa, pelas proposições de Pedro de Alcântara Figueira e Carlos Guilherme Mota, ambos empenhados na crítica da ideologia. Mais exatamente, o autor se refere a dois trabalhos: a *Historiografia Brasileira: 1900-1930* (Análise crítica), de Pedro de Alcântara Figueira (1973) e *A historiografia brasileira nos últimos quarenta anos: tentativa de avaliação crítica* (1975), de Carlos Guilherme Mota. O primeiro, uma tese de doutorado defendida da Faculdade de Filosofia de Assis, que não chegou a ser publicada. O segundo, um artigo publicado em revista acadêmica que, posteriormente, veio a compor a introdução do livro *Ideologia da cultura brasileira*, lançado em 1977, que teve várias reedições. Ver LAPA, *op. cit.*, p. 190-191 e 194-195.

<sup>45</sup> O levantamento feito por Lapa só incluiu os estudos sobre historiografia geral do Brasil, além de alguns trabalhos sobre temas e períodos determinados. Deixou de fora as pesquisas sobre historiografia local e regional, assim como, aquelas que tratam de um autor ou obra isolados. A maior parte dos trabalhos localizados (35) foi produzida a partir da década de 1960, enquanto 18 foram escritos até 1958.

<sup>46</sup> Ver, por exemplo: IGLÉSIAS, Francisco. “José Honório Rodrigues e a historiografia brasileira”, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 55-78.

<sup>47</sup> RODRIGUES, José Honório. “Capistrano de Abreu e a historiografia brasileira”, *Revista do IHGB*, vol. 221, out./dez. 1953, p. 120-138. Texto reproduzido em: ABREU, Capistrano de. *Correspondência I*. Organizada e prefaciada por José Honório Rodrigues. 2ª edição; 1ª edição 1953. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; MEC-INL, vol. 1, 1977, p. 37-56. Coleção Octalles Marcondes Ferreira (Estudos Brasileiros), vol. 8.

<sup>48</sup> SPRANGER apud RODRIGUES, “Capistrano de Abreu e a historiografia brasileira”, *op. cit.*, p. 138.

<sup>49</sup> RODRIGUES, *ibidem*, p. 138.

<sup>50</sup> Além desse projeto dedicado à escrita e publicação, também é preciso lembrar o empenho de Rodrigues na idealização e criação de instituições dedicadas ao estudo da história, tais como o Instituto Nacional de Pesquisa Histórica, que tinha como principal objetivo “estimular a pesquisa histórica oficial e pública no Brasil e no estrangeiro”, organizando instrumentos de trabalho, inventariando documentos e contribuindo para a formação profissional de pesquisadores de história. Ver: RODRIGUES, José Honório. “Instituto Nacional de Pesquisa Histórica”. In: \_\_\_\_\_. *A pesquisa histórica no Brasil*. 1ª edição 1952. São Paulo, Companhia Editora Nacional; Brasília, INL, 1969, p. 237-250. 2ª edição revista e aumentada. Outro projeto caro a

Rodrigues era a escrita de uma história do Brasil, algo idealizado e não realizado por ele e por outros historiadores, como Capistrano de Abreu, Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda. Ver IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira; Belo Horizonte, UFMG, IPEA, 2000, p. 220.

<sup>51</sup> Ver RODRIGUES, José Honório. “Prefácio da 1ª edição” [1949]. In: \_\_\_\_\_. *Teoria da História do Brasil: introdução metodológica*. São Paulo, Companhia Editora Nacional; Brasília, INL, 1978, p. 11 e 13. 4ª edição. Coleção Brasileira (Série Grande Formato). Alguns anos depois, o autor deu sequência ao projeto com o lançamento de um novo livro: *A pesquisa histórica no Brasil* (1952).

<sup>52</sup> Ver: DUTRA, *op. cit.*; e PONTES, Heloísa. “Retratos do Brasil: editores, editoras e ‘Coleções Brasileira’ nas décadas de 30, 40 e 50”. In: MICELI, Sérgio (Org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo, Vértice, 1989, vol. 1, p. 359-409.

<sup>53</sup> A *Brasiliiana* integrava a *Biblioteca Pedagógica Brasileira* dirigida por Fernando de Azevedo entre 1931 e 1958, quando passou a ser dirigida por Américo Jacobina Lacombe, membro da Sociedade Capistrano de Abreu.

<sup>54</sup> RODRIGUES, *Teoria da história do Brasil, op. cit.*, p. 32.

<sup>55</sup> *Ibidem*, p. 32-34.

<sup>56</sup> *Ibidem*, p. 37; *Idem*, “As tendências da historiografia brasileira e as necessidades da pesquisa” [1965]. In: \_\_\_\_\_. *Vida e História*. São Paulo, Perspectiva, 1986, p. 65.

<sup>57</sup> *Idem*, *Teorias da História do Brasil, op. cit.*, p. 34.

<sup>58</sup> *Idem*, “Duas obras básicas de Capistrano de Abreu: os *Capítulos de história colonial e Caminhos antigos e povoamento do Brasil*”, in *Vida e História, op. cit.*, p. 97. Originalmente publicado como introdução da edição conjunta das duas obras de Capistrano, publicadas pela Universidade de Brasília. Ver, também: *Idem*. “Um historiador caboclo e sua obra: Capistrano de Abreu”. In: \_\_\_\_\_. *História combatente*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982, p. 226-232. Originalmente publicado no *Jornal do Brasil*, 17/12/1977.

<sup>59</sup> RODRIGUES, “As tendências da historiografia brasileira...”, *op. cit.*, p. 62-63. Ver, também, GLEZER, Raquel. *O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues*. São Paulo, USP, Tese de Doutorado, 1976; IGLÉSIAS, “José Honório Rodrigues e a historiografia brasileira”, *op. cit.*, p. 65; e MARQUES, Ana Luiza. *José Honório Rodrigues: uma sistemática teórico-metodológica a serviço da História do Brasil*. Rio de Janeiro, PUC – Dep. de História, dissertação de mestrado, 2000, p. 5.

<sup>60</sup> RODRIGUES, “As tendências da historiografia brasileira...”, *op. cit.*, p. 62.

<sup>61</sup> Horst Walter Blanke identifica três funções da história da historiografia: a função afirmativa, a função crítica e a função exemplar. A função afirmativa é observada na defesa da historiografia estabelecida (ou oficial). A história da disciplina é contada de modo a valorizar o ponto de vista detentor da posição político-científica considerada legítima. A função crítica estaria presente na crítica das posições estabelecidas ou da historiografia vista como tradicional. Já a função exemplar teria por objetivo a elaboração de ilustrações para a

história da disciplina. Ver: BLANKE, *op. cit.*, p. 34-35. Observando as interpretações de José Honório sobre a história da história no Brasil, é possível notar que as três funções indicadas por Blanke estão simultaneamente presentes, demonstrando que a construção da história da historiografia envolve procedimentos complexos, que dizem respeito à história e à memória, sendo difícil definir tal história a partir de uma única função.

<sup>62</sup> Ver, por exemplo: RODRIGUES, José Honório. *História e historiadores*. São Paulo, Fulgor, 1965; *idem*. *História e historiografia*. Petrópolis, Vozes, 1970.

<sup>63</sup> Um dos textos publicados na 1ª série dos *Ensaio e Estudos*, o necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, escrito em 1878, é considerado por José Honório como “o começo da historiografia brasileira”. Ver RODRIGUES, José Honório. “Nota liminar”. In: ABREU, Capistrano de. *Ensaio e Estudos: crítica e história*, 1ª série. 1ª edição 1931. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1975, p. 11. 2ª edição.

<sup>64</sup> *Idem*, “Capistrano de Abreu e a historiografia brasileira”, *op. cit.*, p. 135-136.

<sup>65</sup> *Idem*. “Introdução”. In: ABREU, Capistrano de. *Correspondência*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; Brasília, MEC, 1977, vol. 1, p. 15. As *Obras de Capistrano de Abreu* correspondem aos dez volumes organizados e prefaciados por José Honório Rodrigues, publicados pela editora Civilização Brasileira em convênio com o Ministério da Educação e Cultura. As *Obras* integram a *Coleção Octalles Marcondes Ferreira*, série *Estudos Brasileiros*.

<sup>66</sup> RODRIGUES, Leda Boechat apud MARQUES, *José Honório Rodrigues*, *op. cit.*, p. 5, nota 17.